

## A DEFESA DO RIO DE JANEIRO: FINANCIAMENTO E GOVERNO NO SÉCULO XVIII\*

### THE DEFENSE OF RIO DE JANEIRO: FINANCING AND GOVERNMENT IN THE 18TH CENTURY

**Luiza Silva**

 <https://orcid.org/0000-0003-2057-3431>

**Correspondência:** [lujonascimento@gmail.com](mailto:lujonascimento@gmail.com)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil.

**DOI:** 10.12957/cdf.2025.89461

**Recebido em:** 31 jan. 2025 | **Aceito em:** 01 fev. 2025

#### RESUMO

A proposta do presente artigo é discutir a história da defesa da cidade do Rio de Janeiro do século XVIII. A partir da articulação entre o poder local e o Reino português perceber os termos do investimento financeiro. A ideia é compreender as seguintes questões: qual era o custo da defesa? Quem pagava a conta? Assim, perscrutar a relação entre as despesas para a defesa e o governo da cidade. Através de importante documentação que engloba tanto os aspectos mais gerais quanto aqueles mais específicos acerca da dinâmica governativa para o tema da defesa, foi possível identificar personagens silenciadas, redes de poder e de sociabilidade, bem como temas correlatos com a prática defensiva que apontam para a minúcia, para o cotidiano das relações sociais. O que traz para o debate da administração portuguesa do Ultramar interessantes elementos para a compreensão de suas matizes.

**Palavras-chave:** defesa; Rio de Janeiro; despesas; governo.

#### ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss the history of the defense of the city of Rio de Janeiro in the 18th century. Based on the articulation between the local government and the Portuguese Kingdom, understand the terms of the financial investment. The idea is to understand the following questions: what was the cost of defense? Who paid the bill? Thus, examine the relationship between expenditures for defense and city government. Through important documentation that encompasses both the most general and the most specific aspects regarding the governance dynamics for the theme of defense, it was possible to identify silenced characters, networks of power and sociability, as well as themes related to defensive practice that point to the detail, to the daily life of social relations. This brings interesting elements to the debate on the Portuguese administration of Overseas for understanding its nuances.

**Keywords:** defense; Rio de Janeiro; expenses; government.

---

\*Esta pesquisa foi financiada pela FAPERJ.

Agradecemos à FAPERJ pelo financiamento da pesquisa.



## 1 INTRODUÇÃO

O tema da defesa da cidade do Rio de Janeiro já foi explorado pela via da documentação Camarária ou através de questões concernentes ao urbanismo e à administração da Coroa portuguesa. Para esse artigo, a ideia foi identificar a natureza dos gastos reais e dos gastos simbólicos da prática defensiva com vistas a compreender a dinâmica de governo da cidade.

Os gastos reais são aqueles referentes à construção de fortes, fortalezas e fortificações, bem como todo o aporte necessário em ocasião de guerras – armas, munições, soldados, fardas, alimentação, a manutenção de todos esses elementos, e etc. Já os valores destinados às aulas, para o envio e sustento de engenheiros para a cidade, além dos subsídios para os alunos/soldados nas aulas e nas fortificações, são identificados por indiretos ou simbólicos. Tais gastos direcionados às demandas por defesa e para a manutenção da governabilidade da monarquia portuguesa eram de responsabilidade ora da Coroa, ora dos seus colonos que arcavam com o aparato defensivo em troca de mercês régias.

A documentação central aqui estudada consiste no que se convencionou chamar de "comunicação política" entre o Reino e o ultramar português. Ofícios, Pareceres, Cartas e demais discursos são cotejados com diferentes espécies de informações acerca das despesas com a defesa da cidade do Rio de Janeiro ao longo do século XVIII. As informações acerca das decisões políticas em torno dos custos com o aparato defensivo da Praça carioca não se resumem ao montante financeiro real, ou prático, mas os custos com o ensino e envio de engenheiros para o Ultramar também estão inseridos. Além disso, mapas de gastos, ou "Conta da Despesa" são fontes de profícuos desdobramentos. Exemplo disso é a série documental, parte do acervo do Arquivo Nacional, "Conta da Despesa, que se fizeram anualmente", referente às Fortalezas de Santa Cruz, São João da Barra, Praia Vermelha, Lage, Vilheganhon, Ilha das Cobras e São Sebastião, dentre outras, para o ano de 1790.<sup>1</sup>

Assim, a ideia foi analisar a teoria e a prática política em torno da defesa da cidade do Rio de Janeiro por meio de dois conjuntos documentais. Um primeiro conjunto é composto pela comunicação política entre a Coroa e o Ultramar onde as decisões quanto aos recursos destinadas à defesa do Rio eram discutidas. O outro, formado pelas relações

---

<sup>1</sup>Real Fazenda. Correspondência com Vice-Reis. Arquivo Nacional. BR RJANRIO D9.CAI.0.486.

de despesas efetivadas para aquele fim. Merece destaque o acervo do Arquivo Militar de Lisboa, coleção quase esquecida por alguns pesquisadores e que contém documentos fundamentais para a articulação da temática. Por exemplo, a "Relação da fábrica das armas da fortaleza da Conceição do Rio de Janeiro", para os anos de 1769 até 1779.<sup>2</sup> O documento é composto da relação das obras, munições e mais utensílios fabricados na casa da fábrica das armas da fortaleza da Conceição do Rio de Janeiro, no âmbito do governo do marquês do Lavradio e contém o número de peças e preços.

## 2 ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE

A perspectiva de que a cidade do Rio de Janeiro era o "centro gestor de questões essenciais do Império português na América" foi desenvolvida por Mônica da Silva Ribeiro – e por diferentes pesquisadores<sup>3</sup>. O Rio como a principal cidade da América portuguesa dentro do sistema mercantil imperial, por meio do comércio exterior volumoso (mineração e produção agrícola), era ponto de apoio à Colônia do Sacramento. O crescimento do comércio fica evidente quando se identificam as constantes reformas da Alfândega e o número de armazéns. Interessante que ao longo do século XVIII, até mesmo no final da centúria anterior, a dízima da Alfândega fora destinada para os gastos com a defesa da cidade.

Em sua análise, Ribeiro menciona que a dinâmica social, econômica e política do Rio de Janeiro ao longo do século XVIII sofreu importantes transformações, com mudanças na prática governativa. Essas transformações seriam em decorrência de um nova razão de Estado tanto para Reino como para o Ultramar. "A preocupação com uma maior racionalidade administrativa, com um melhor controle econômico e fiscal, e com o desenvolvimento literário e intelectual" (Ribeiro, 2021, p. 204). Nos interessa, portanto, perceber o quanto tal fato pode ser observado quando da análise das despesas com a defesa da cidade, bem como a partir das alterações com o governo do marquês de Pombal.

Outro ponto interessante na análise de Ribeiro é a noção de que, para além da descoberta de metais preciosos, ainda havia a necessidade da demarcação das fronteiras no Sul do território, o que corrobora a nossa preocupação com os debates em torno do

---

<sup>2</sup>Relação da fábrica das armas da fortaleza da Conceição do Rio de Janeiro (1769-1779). Arquivo Militar de Lisboa. PT/AHM/DIV/2/01/04/05.

<sup>3</sup>Cf. Antonio Carlos Jucá de Sampaio; João Fragoso; Maria Fernanda Bicalho, dentre outros.

sistema defensivo da região. "A posição da cidade também era privilegiada para a defesa da fronteira meridional, o que contribuía para tornar o Rio de Janeiro uma área ainda mais próspera e importante como centro militar" (Ribeiro, 2010, p. 173).

Sendo assim, a temática da defesa foi central na administração e no governo da cidade do Rio de Janeiro. A prática da governabilidade ou a governabilidade prática perpassou a estrutura e os elementos centrais das sociedades de Antigo Regime. Em meio aos estudos de Antonio Manuel Hespanha sobre o direito e sobre a prática da justiça, a aplicação das normas naquele período foi sendo mais bem compreendida. Em uma oposição entre a letra da lei e a prática cotidiana, ou de acordo com o contexto, nos termos de Laura de Mello e Souza<sup>4</sup>, os meandros da justiça passaram a ser esmiuçados de modo sistemático, e com um olhar mais dedito para os poderes locais.<sup>5</sup>

O exame dos gastos com a defesa corrobora as análises citadas ao trazer para o debate historiográfico vozes e decisões locais. Nessa chave interpretativa, o contexto que indica as demandas e as respostas do poder régio também enuncia uma dinâmica ainda mais efetiva da concessão de cargos e de mercês, ou seja, o pleno funcionamento da monarquia corporativa e dos seus vários poderes em equilíbrio devido à concessão de privilégios pelo rei. Essa "economia política de privilégios", ou "economia de mercês", merece destaque quando de um olhar para os custos da defesa da cidade do Rio na medida em que, as minúcias econômicas estão sob gerenciamento das trocas e das redes de poder político.

### 3 DESPESAS, CONSELHO ULTRAMARINO E TRAJETÓRIAS

Fundado em 1642, as funções do Conselho Ultramarino eram relativas à jurisdição e à administração sobre os recursos financeiros em território luso-americano. Em um primeiro momento, até 1671, o que era retirado de recursos seria de responsabilidade do Conselho da Fazenda. A importância do Conselho Ultramarino estava em receber as demandas e em defender o espaço de onde provinham rendimentos: as conquistas. No entanto, "a capacidade para realizar despesas com o dispositivo defensivo brasileiro cabia

---

<sup>4</sup>Em que pese as diferenças de perspectivas a respeito da centralidade do poder régio no governo português tanto no Reino quanto no Ultramar, os dois historiadores possuem convergências em suas conclusões acerca do papel da contingência, do local para as decisões políticas. Dentre as quais, destacam-se no presente artigo aquelas correspondentes à defesa em sua prática cotidiana.

<sup>5</sup> As Câmaras e as Misericórdias, como pilares da monarquia portuguesa (BOXER, 1969).

ao Conselho [da Fazenda] que, no reino, absorvia ou deveria absorver os rendimentos fiscais decorrentes da exploração desse mesmo território" (Cruz, 2015, p. 160).

Miguel Dantas da Cruz identificou ainda que o aparato de guerra cabia ao reino, exceto a munição de boca, e havia uma indispensável intervenção de Lisboa. Pois as Câmaras poderiam sustentar as obras, mas solicitavam investimentos para as munições, pólvora e mantimentos. Até 1671 funcionava do seguinte modo: o monarca recebia o pedido do Conselho Ultramarino, que o encaminhava ao Conselho da Fazenda, que, por sua vez, enviava os recursos que havia recebido do próprio Ultramar, no caso, do Rio de Janeiro. Em relação às fardas para a Infantaria do Rio, os contratadores eram obrigados a oferecer. Já os recursos provenientes da caça das baleias deveriam ser integralmente empregados para o reforço da área militar da América portuguesa para que as conquistas pudessem financiar a sua própria defesa. E era possível vislumbrar "a existência de um fluxo financeiro mais preciso, em que as rendas ultramarinas chegadas à Lisboa aparecem vinculadas ao despacho de pólvora, munições, armas e outros petrechos militares" (Cruz, 2015, p. 164).

Ainda no século XVII, muito do recurso recebido no Rio de Janeiro para a prática defensiva era oriundo de suas próprias rendas. Mas isso não quer dizer que localmente a defesa não fosse também financiada, como observa-se no caso das obras, quando membros da elite local investiam, em troca de mercês, os seus recursos na proteção da cidade. Até mesmo os governadores, que por iniciativa própria, forneciam munições, pólvora, armas e mantimentos. Esse poder acumulado nas mãos dos governadores começa a preocupar a Coroa e também ao Conselho Ultramarino, que, por não ter tomado parte nas questões de guerra até 1671, não teria seus argumentos atendidos.

No século XVIII, esse modelo de "investimento local" fica ainda mais evidente quando do estudo da atuação da Fazenda Real (ou Real Fazenda) da cidade do Rio. Tais conclusões são potencializadas com o exame das minúcias. Isso porque o cotidiano da defesa, da necessidade de lenha, de farinha, de botões para as fardas, de um hospital militar, de uma moradia e o pagamento dos soldos de soldados, sargentos, coronéis – incluídos aqui na dinâmica da cidade –, para citar alguns exemplos, são gêneros e demandas custeados, por exemplo, pela Dízima da Alfândega, em meios aos procedimentos da Fazenda Real do Rio de Janeiro.

A relação entre o desenvolvimento da defesa e a Fazenda Real do Rio de Janeiro é um ponto importante. Os cofres são do Reino, mas localmente gerenciados – entrada,

saída, o que fica no cofre. Com isso, a demanda de uma figura de destaque no cenário da defesa do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVIII, corrobora tal ideia na medida em que, as decisões foram localmente, com o recurso local, definidas. Estamos falando do engenheiro militar italiano Miguel Ângelo Blasco.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

O suplicante Dom Miguel Blasco está pago dos seus soldos o último de Julho do ano próximo passado de 1768. Desde o primeiro de Agosto seguinte até 9 de Fevereiro deste ano dia antecedente ao em que entrou no Hospital Real desta Praça aonde se acha ainda curando, são seis meses, e 9 dias que a razão de 16φ000 réis por mês importam Cem mil e oitocentos réis, que se lhe estão devendo.... 100φ800 réis.

Para evitar as confusões de papéis correntes já adverti na Contadoria que se incluísse daqui por diante o soldo do suplicante na Folha Militar da Primeira Plana, que se faz todos os meses.

Rio de Janeiro, 11 de Abril de 1769.

Joam Carlos Correa Lemos. (Arquivo Nacional. Real Fazenda. Correspondência com Vice-Reis. BR RJANRIO D9.CAI.0.486)

Esse documento é indício da minúcia e do cotidiano de uma resolução na e da cidade do Rio de Janeiro. João Carlos Correa Lemos era escrivão e deputado da Junta da Fazenda Real do Rio de Janeiro e em carta ao Vice-Rei 1º Conde de Azambuja, Antônio Rolim de Moura Tavares, enuncia os gastos com a saúde do engenheiro Blasco, bem como que o soldo do mesmo deve ser incluído na Folha Militar da cidade. A dimensão desse valor e demais desdobramentos ainda é objeto de análise e ponto de discussão para trabalhos futuros.

Por tudo isso, a investigação das decisões políticas e administrativas referentes às finanças para a defesa da cidade do Rio de Janeiro nos Setecentos nos informa acerca do impacto de tais ações para a governabilidade do Império português. A circulação de informações sobre os gastos com a defesa pode ser descrita por sua inserção em distintas tipologias documentais e em diferentes acervos. Dito de outro modo, as despesas de defesa compunham quase tudo o que pode ser percebido em termos administrativos.

Ao analisar os Livros de Secretaria do Governo do Rio de Janeiro (Arquivo Nacional), da primeira metade do século XVIII, e o Fundo do Arquivo Nacional no qual a documentação dos Vice-Reis está inserida, este da segunda metade daquela centúria, começa a ser possível descrever e sistematizar os processos costumeiros da cidade, ou seja, o modo como as demandas são recebidas, desenvolvidas e solucionadas. Com o exame das decisões financeiras a respeito do sistema defensivo da cidade, a fim de perceber ou não uma maior racionalidade nas ações governativas, fiscais e comerciais da

Coroa portuguesa, a ideia passou por perscrutar as personagens e começar com a investigação das suas trajetórias individuais e coletivas.

### 3.1 Um pouco mais sobre as despesas reais e as despesas simbólicas

Como já foi mencionado, as despesas reais são entendidas como os custos para a construção de fortes, fortalezas e fortificações, bem como todo o aporte necessário em ocasião de guerras. E os valores destinados às aulas, por exemplo, são identificados por simbólicos. Assim, a importância de mapear o desenvolvimento dos termos econômicos da defesa da cidade durante o século XVIII está posta na identificação dos meandros daquelas prerrogativas – gastos reais e custos simbólicos –, quem de fato custeava os meios de proteção, com uma combinação de fatores e gentes.

Nesse sentido, no já mencionado conjunto dos Vice-Reis do Arquivo Nacional, há questões que versam desde quem deveria ou não ter direito a um cavalo custeado pela Fazenda Real local, até uma relação do que era necessário para o funcionamento da botica do hospital militar, de 1791, assinada pelo boticário Raymundo Pereira, mais uma personagem a ser explorada.<sup>6</sup>

Uma última série temática a ser comentada é dedicada aos gastos relatados pela tesouraria geral das tropas. Trata-se de mais um elo a ser somado às tesourarias antes referenciadas. Para o ano de 1790, os custos mensais descritos (ou em períodos mais reduzidos) variavam entre dois, três ou nove contos de réis para as despesas com as tropas. Em outro documento, há a declaração para pagamentos de 31 papéis correntes ao custo de 3:956φ189 réis, entre os dias 06 até 21 de setembro de 1791. Quando sabemos que um escriturário da contadoria recebia anualmente o valor de 300 mil réis, já há certa noção desses valores.<sup>7</sup> Sendo assim, é possível atestar a importância do estudo das séries documentais para uma correta compreensão dos custos, dos agentes envolvidos e das dinâmicas políticas. Ao lado de um exame da complementaridade de informações entre os acervos, entre diferentes fundos documentais.

Por fim, a documentação do Arquivo Histórico Militar de Lisboa é de certa forma negligenciada pela historiografia. No entanto, há um manancial de possibilidades. De um

---

<sup>6</sup>Arquivo Nacional. Real Fazenda. Correspondência com Vice-Reis. BR RJANRIO D9.CAI.0.486.

<sup>7</sup>Idem.

modo geral, a temática da defesa da cidade do Rio de Janeiro está dimensionada em cartas entre governadores, listas de livros, listas de soldados e sargentos, bem como listas de materiais para a defesa. Além de compilações de nome dos alunos da Academia Militar, com as suas qualidades e as questões de ensino a serem sanadas.

#### 4 AS OBRAS DE FORTIFICAÇÃO E AS CARTAS PATENTES: OUTROS EXEMPLOS DE GASTOS COM A DEFESA

Ainda para a compreensão do quadro temático que envolvia as despesas com a defesa, importa mais alguns comentários. A ideia agora é expor os temas a partir de dois grandes blocos, quais sejam, as obras das fortificações e os soldos correspondentes às inúmeras Cartas Patentes – mercês concedidas em uma hierarquia militar em ascensão. Essa análise foi circunscrita à comunicação política presente, em sua maioria, nos livros de secretaria do Rio de Janeiro e no âmbito do Conselho Ultramarino – Arquivo Histórico Ultramarino.<sup>8</sup> Interessante é pensar nessas dinâmicas articuladas ao governo português, aos aspectos de negociação e de movimento do poder local.

Com um serviço tido por distinto e valoroso, João Batista solicitava mudança de posto. O seu pedido é para ascender ao posto de Capitão de Infantaria paga. Antes ocupara o posto de Alferes de Infantaria de um dos Terços da Capitania do Rio de Janeiro e havia servido na Colônia do Sacramento. A mercê de Capitão de uma Companhia de Infantaria paga do Regimento da Praça do Rio de Janeiro possuía soldo correspondente "que lhe tocar pago na forma de minhas ordens, e gozará de todas as honras, privilégios, liberdades, isenções, e franquezas que em razão dele lhe pertencerem" (BR RJANRIO 86.COD.0.64, v. 05. Livros de Secretaria do Rio de Janeiro, p. 87). A referida Carta Patente era selada com o selo grande das armas do rei em 26 de julho de 1738, de um pedido de 9 de janeiro de 1738.

Em uma outra expressão de mercê, a "Provisão de acrescentamento de duzentos mil réis sobre o soldo que tem o Mestre de Campo Mathias Coelho de Souza" chama atenção. O rei fez "lhe mercê de lhe acrescentar o seu soldo com mais duzentos mil réis; e porque para haver de os cobrar necessitava de Provisão minha. Me pedia lha mandasse passar para se lhe pagarem os ditos duzentos mil réis [a mais de soldo a cada ano]" (BR

---

<sup>8</sup>BR RJANRIO 86.COD.0.64, v. 05. Livros de Secretaria do Rio de Janeiro.

RJANRIO 86.COD.0.64, v. 05. Livros de Secretaria do Rio de Janeiro, p. 123). Em 05 de Janeiro de 1739, na resposta à solicitação de 23 de agosto de 1738, não há argumentos para esse acréscimo financeiro anual, apenas garantias de validade dos documentos para que a resolução pudesse ser cumprida.

Algumas características sobre as obras das fortificações merecem destaques. Primeiro, a ideia de obras por consignação. Em uma "Provisão sobre continuar as obras das fortificações pela sua consignação", D. João V delibera que apesar de existir um verba destinada ("em consignação") para as obras do sistema defensivo, uma parte correspondente ao valor aproximado de 40 contos que estava em "Caixa", havia sido direcionada aos custos com a guerra no Sul. Em 27 de Setembro de 1738, o rei participou que o brigadeiro José da Silva Paes lhe informara acerca dos procedimentos de Gomes Freire quanto ao andamento das obras das edificações defensivas. E aponta para a resolução após Consulta ao Conselho Ultramarino, "que as obras da fortificação se continuem por ora só pela sua consignação, e se vos louva o zelo, e acerto com que nesta parte tendes obrado" (BR RJANRIO 86.COD.0.64, v. 05. Livros de Secretaria do Rio de Janeiro, p. 119 verso e p. 120).

Entre o Conselho Ultramarino, o engenheiro Silva Paes e o Governador Gomes Freire, D. João V precisava esclarecer o que fazer para continuar com as obras das fortificações da cidade do Rio de Janeiro já que os cofres estavam à míngua mediante o enfrentamento com os espanhóis.

Uma segunda característica interessante, uma outra dinâmica com a participação daquelas personagens (Silva Paes, Gomes Freire e membros do Conselho Ultramarino) e do Provedor da Fazenda, está no debate acerca do modo como realizar as obras, se por empreitada ou por "jornais". No "Provimento sobre se aprovar o serem feitas as obras das Fortificações por jornais", a querela central diz respeito ao fato de que Silva Paes não estaria autorizado a conduzir as obras por jornadas e nem a tutelar sobre os materiais sem a participação direta do Provedor da Fazenda. D. João V ao governador Gomes Freire, salienta o bom serviço do Provedor em lhe informar sobre os desdobramentos das obras de defesa. No entanto, todas as decisões de Silva Paes são endossadas pelo rei.

Mas, que atendo eu a atividade e zelo com que o mesmo Brigadeiro [Silva Paes] se emprega no meu serviço e na fortificação desta Capitania houve por bem aprovar tudo o que vos lhe tendes obrado a respeito da mesma Fortificação [da Capitania como um todo] e assim fareis continuar e findar das ditas Fortificações de sua Capitania com aquele cuidado e atividade com que o tem. Empregas no meu serviço;

(BR RJANRIO 86.COD.0.64, v. 05. Livros de Secretaria do Rio de Janeiro, p. 85 verso e p. 86).

Aspecto central da dinâmica das negociações, quando a norma fora suplantada por Silva Paes no exercício de suas funções e com a aprovação do monarca. Por fim, a necessidade de envio de mais dois engenheiros deveria ser solucionada pelo Conselho Ultramarino, com posterior informação ao rei dos nomes daqueles que seriam considerados mais capazes. Importa destacar que foi uma resposta de 22 de abril de 1738, a uma Carta de 12 de agosto de 1736.

Após receber o desenho do Mapa da Fortaleza da Ilha das Cobras, a demanda real era para que essa edificação defensiva estivesse em sua "última perfeição". A partir do desenho de Silva Paes, a ordem do rei foi para que as obras fossem concluídas o quanto antes. Trata-se de uma resposta de 23 de abril 1738 à Carta de Gomes Freire de 9 de novembro 1737.<sup>9</sup>

A Provisão régia que aprovou as despesas de Silva Paes com o socorro à Colônia do Sacramento, de 14 de agosto de 1736, traz alguns elementos pertinentes para o nosso estudo. Um rei que agradece imensamente ao seu súdito por ter gasto corretamente os recursos da Coroa. O Brigadeiro está como governador interino da cidade do Rio de Janeiro e avisou ao rei das despesas com a defesa da "Nova Colônia" através de duas cartas (de vinte e oito de Janeiro e três de fevereiro daquele ano). Após sítio Castelhana à Sacramento, Silva Paes enviou socorro com pessoas e com munições, bem como ajuda de custo aos oficiais e aos soldados. Os elogios ao trabalho do Brigadeiro são extensos, ao aprovar as contas, o monarca diz ter demonstrado "zelo grande atividade e Ciência Militar declarando-vos que eu ei por bem aprovar as despesas de ajudas de custo que mandastes dar por causa destas expedições" (BR RJANRIO 86.COD.0.64, v. 05. Livros de Secretaria do Rio de Janeiro, p. 38).

Assim, tudo isso aponta para a dinâmica de um governo alicerçado no reforço das hierarquias e das negociações locais: Cartas Patentes e acréscimo de soldo, o serviço na Colônia do Sacramento, as características de condução das obras defensivas e o desenho da Fortaleza da Ilha das Cobras. Além da aprovação das despesas do engenheiro, enquanto governador, de gastos com o socorro da região Sul, são indicativos das despesas com a defesa da Praça carioca.

---

<sup>9</sup>BR RJANRIO 86.COD.0.64, v. 05. Livros de Secretaria do Rio de Janeiro.

O estudo da defesa como ponto de partida para a compreensão do governo das cidades ultramarinas, em especial a cidade do Rio de Janeiro, foi por Fernanda Bicalho (1998) desenvolvido. Bicalho indicou o quanto ao longo dos séculos XVII e XVIII as Câmaras, o governo local, ganhou força, uma espécie de autogoverno, até o processo de diminuição dessa dinâmica a partir da descoberta do ouro das Minas e da centralização política da Coroa portuguesa. Com as decisões acerca da defesa em disputa pelos locais e pelos funcionários régios – governadores, vice-reis, militares etc.

Tais perspectivas reforçam os argumentos expostos na medida em que a "região" em análise estava em ponto estratégico do Reino. Porto de trocas comerciais com o Centro Sul da América portuguesa e com conexão direta com Angola. Entre a prata espanhola e os escravizados africanos, o Rio de Janeiro foi ganhado cada vez mais importância no cenário da política europeia. A Colônia do Sacramento, que tanto foi citada nas discussões acima, era ponto de contato dessa dinâmica e elemento central da permanência do poder e da legitimidade da governabilidade do Ultramar.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A razão de estudar o vínculo entre essas demandas cotidianas e as relações de poder está em perscrutar como argumentos centrais o reforço das redes de sociabilidade e a importância das minúcias para tal finalidade. Bem como, as nuances discursivas para a solicitação e concessão de mercês. O que aponta para a dinâmica das negociações como o cerne dessa governabilidade. Desse modo, a ideia desse artigo foi investigar o modo como a defesa foi financiada, como argumento central para a administração e mobilização das redes de poder e governo da cidade.

Os desenhos e as práticas de defesa eram permeados por custos, por despesas. O acesso ou não aos recursos implicou em determinados desdobramentos históricos e na identificação de quais eram os indivíduos envolvidos. E quais as principais demandas. Isso pode ser observado na articulação das finanças pelos mapas e relações de despesa e receita ao longo século XVIII.

Entre nomes, números e as minúcias necessárias para a boa defesa, como a lenha, a pólvora e a farinha, estamos diante de percepções do modo como as despesas para a defesa apontam para um dinâmica do cotidiano da cidade, da sua administração e da forma como personagens esquecidas podem ter o seu papel social compreendido. Assim,

as metodologias de pesquisas da micro-história e da prosopografia serão em outros trabalhos exploradas.

A fim de identificar a média de quantos engenheiros foram enviados pela Coroa portuguesa entre os séculos XVI e XIX, Beatriz Bueno (2011) compôs listas dos engenheiros enviados por Portugal para atuarem na América. No entanto, os soldados, sargentos, os "funcionários" da defesa por nossa ótica, como os tesoureiros e os contadores, ainda não foram pesquisados.

Os gastos com os projetos de defesa e aqueles referentes às minúcias também começam a ser entendidos, em meio aos valores mensais pagos aos militares, bem como com o pagamento de tudo que se refere a estrutura defensiva. Dentre as questões em aberto, as seguintes acerca dos engenheiros e dos responsáveis pela prática defensiva merecem destaque: Quem eram? Com quem dialogaram? De que forma estão inseridos nas questões das minúcias?

## REFERÊNCIAS

### Fontes

GONZAGA, Luiz. "Exame Militar", 1703. Biblioteca da Ajuda, COD. MS. 46-VIII-26. Disponível em: [Microsoft Word - 1400547939\\_ARQUIVO\\_ANPUH2014Artigo.doc](#) Acesso em: 24 fev. 2025.

PIMENTEL, Luís Serrão. "Tratado da opugnação e defesa das Praças", ca. 1644. BNP, Manuscritos reservados COD 1640. Disponível em: [\(PDF\) A ideia de defesa e conceitos nos tratados de arquitetura militar: instrumentos políticos \(1650-1750\)](#) Acesso em: 24 fev. 2025.

\_\_\_\_\_. "Architectonica Militar ou Fortificação moderna", 1661. BNP, Manuscritos reservados COD 13473.

\_\_\_\_\_. "Método Lusitano de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares. Fortes de Campanha e outras obras pertencentes à arquitetura militar. Distribuído em duas partes, Operativa e Qualificativa (1680)."

### Arquivo Nacional

BR RJANRIO D9.CAI.0.486. Real Fazenda. Correspondência com Vice-Reis.

BR RJANRIO 2H.0.0.275/6. Catálogo de livros com seus respectivos preços atribuídos a Feliciano Marques Perdição, Amanuense guarda da Biblioteca Real.

BR RJANRIO 59.CAI.0.0731053. Relação dos professores régios e catálogo dos livros, folhetos, impressos com licença da Mesa do Desembargo do Paço que foram publicados

desde julho de 1795 até dezembro de 1802 e cujos exemplares foram entregues na Real Biblioteca do Príncipe Regente.

BR RJANRIO 86.COD.0.64, v.05/f.077. Provisão. Sobre recepção do mapa da fortaleza da Ilha das Cobras delineado por José da Silva Paes.

BR RJANRIO 86.COD.0.64, v.05/f.228B. Aviso. Do Secretário de Estado sobre as despesas com a remessa de um regalo ao Tenente Coronel Espanhol D. Francisco Martins Lobato, pelo Brigadeiro José da Silva Paes.

BR RJANRIO 86.COD.0.64, v.03/f.035. Provisão louvando o Governador, e mandando observar o proposto por José da Silva Paes, sobre obras das fortalezas.

BR RJANRIO 86.COD.0.87, v.02. Registro original de correspondência dos Governadores do Rio de Janeiro, destes com outros e com diversas autoridades. Portarias, ordens, bandos, etc. Livro de Secretaria do Governo. De fls. 1 - 187 corresponde ao 1º volume de fl. 1 ao fim, e de fls. 187 ao fim corresponde ao 4º volume de fls. 1-55.

BR RJANRIO 86.COD.0.87, v.05. Registro original de correspondência dos Governadores do Rio de Janeiro, destes com outros e com diversas autoridades. Portarias, ordens, bandos, etc. Ordens, editais, cartas, etc. (livro da Secretaria do Rio de Janeiro; segue-se ao 2º volume) de fçs; 1-94 v. é o 4º volume de fls. 55-187.

### **Arquivo Militar de Lisboa**

Formulário e ordens da tesouraria geral das tropas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (1645-1777). PT/AHM/DIV/2/01/01/02.

Relação da fábrica das armas da fortaleza da Conceição do Rio de Janeiro (1769-1779). PT/AHM/DIV/2/01/04/05.

Exposição sobre o estado das tropas da guarnição do Rio de Janeiro. 30 de novembro de 1773. PT/AHM/DIV/2/01/04/06.

Relação dos oficiais do Regimento da Artilharia do Rio de Janeiro. 1778. PT/AHM/DIV/2/01/01/69.

Relação do estado dos cinco regimentos de Infantaria e um de Artilharia no Rio de Janeiro. 1773. PT/AHM/DIV/2/01/04/08.

Mapa dos alunos da nova Academia Militar do Rio de Janeiro. 1798. PT/AHM/DIV/2/01/01/36.

### **Arquivo Histórico Ultramarino**

AHU\_ACL\_CU\_017-1, Cx. 15\Doc. 3032. Consulta do Conselho Ultramarino. Lisboa, 26 de Fevereiro de 1707.

AHU\_ACL\_CU\_017-1, Cx. 37\Doc. 8617. Consulta do Conselho Ultramarino. Lisboa, 17 de outubro de 1735.

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 6, Doc. 612. Carta do governador do Rio de Janeiro, Sebastião de Castro e Caldas ao rei D. Pedro II. Rio de Janeiro, 26 de Maio de 1696.

AHU-Rio de Janeiro, cx. 16, doc. 3317-3335, Lisboa, 6 de Fevereiro de 1714.

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 9, D. 985. Parecer do Conselho Ultramarino. Lisboa, 6 de Fevereiro de 1714.

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 5, D. 514. Carta do Governador do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 23 de Junho de 1686.

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 18, D. 2018. Carta do Provedor da Fazenda do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 20 de Agosto de 1727.

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 27\Doc. 2878. Carta de Silva Paes ao rei. 22 de Abril de 1735.

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 27\Doc. 2916. Carta de José da Silva Paes ao rei. Rio de Janeiro, 29 de Maio de 1735.

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 5, D. 514. Carta do Governador do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 23 de Junho de 1686.

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 6, D. 565. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei. Lisboa, 26 de Setembro de 1693.

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 6, D. 565. Carta de Manoel de Azevedo Fortes ao rei. Lisboa, 9 de Dezembro de 1720.

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 18, D. 2018. Carta do Provedor da Fazenda do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 20 de Agosto de 1727.

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 156\Doc. 11820. Ofício do Conde de Resende de 26 de Novembro de 1795.

### **Livros, artigos e teses**

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, André Ferrand de. **A Formação do Espaço Brasileiro e o Projeto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)**. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

ARAÚJO, Renata (Org.) **Universo urbanístico português (1415-1822)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.  
BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. "A territorialização do poder régio na América portuguesa". In: Souza, Armênia Maria de & Nascimento, Renata Cristina de S. (orgs.). *Mundos Ibéricos. Territórios, Gênero e Religiosidade*. São Paulo: Alameda, 2017, pp. 39-64.

\_\_\_\_\_. A cidade do Rio de Janeiro e a articulação da região em torno do Atlântico-Sul: séculos XVII e XVIII. *Revista de História Regional*, [S. l.], v. 3, n. 2, 2007. [1998] Disponível em: [A CIDADE DO RIO DE JANEIRO E A ARTICULAÇÃO DA REGIÃO EM TORNO DO ATLÂNTICO-SUL: SÉCULOS XVII E XVIII | Revista de História Regional](#) Acesso em: 24 fev. 2025.

BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português: 1415-1825**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1969.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e Desígnio: o Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)**. São Paulo, Edusp, 2011. Disponível em: [ReP USP - Detalhe do registro: Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares \(1500-1822\)](#) Acesso em: 24 fev. 2025.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da. "Da cidade e fortificação em textos portugueses: 1540-1640". Coimbra, 2008. Tese de doutoramento em Arquitetura (Teoria e História da Arquitetura) apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra. Disponível em: [Da cidade e fortificação em textos portugueses : 1540-1640 | Estudo Geral](#) Acesso em: 24 fev. 2025.

CONDURU, Roberto. "Geometria Bélica: cartografia e fortificação no Rio de Janeiro setecentista". **Universo Urbanístico Português (1415-1822)**. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

CRUZ, Miguel Dantas da. **Um Império de Conflitos: O Conselho Ultramarino e a Defesa do Brasil**. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2015. Disponível em: [Repositório da Universidade de Lisboa: Erro interno do sistema](#) Acesso em: 24 fev. 2025.

GOUVÊA, Maria de Fátima. "Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português (c. 1680-1730)". In.: FRAGOSO, João e GOUVÊA, M. F. (orgs.) **Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Disponível em: [Download Na Trama das Redes - Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII by João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa](#) Acesso em: 24 fev. 2025.

HERZOG, Tamar. **Fronteiras da Posse**. Espanha e Portugal na Europa e nas Américas. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2019.

HESPANHA, António Manuel. "Depois do Leviathan". *Revista Almanack Braziliense*, nº 5, maio 2007, pp. 55-66. Disponível em: [Depois do Leviathan | Almanack Braziliense](#) Acesso em: 24 fev. 2025.

\_\_\_\_\_. **Imbecillitas** – As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010.

MCKENZIE, Donald Francis. **Bibliografia e a Sociologia dos Textos**. São Paulo: Edusp, 2018. [1999].

RIBEIRO, Mônica da Silva. (2016) 2021. “O Rio De Janeiro Como cabeça Do Centro-Sul Da América Portuguesa, século XVIII: Estratégias políticas E transformações socioeconômicas”. Locus: Revista De História 20 (1). Disponível em: ([PDF](#)) [O Rio de Janeiro como cabeça do centro-sul da América portuguesa, século XVIII: estratégias políticas e transformações socioeconômicas](#) Acesso em: 24 fev. 2025.

\_\_\_\_\_. “Se faz preciso misturar o agro com o doce”: a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América portuguesa (1748-1763). Tese de doutorado Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 2010. Disponível em: [abphe.org.br/uploads/Banco de Teses/ribeiro-se-faz-preciso-mudar-o-agro-com-o-doce.pdf](http://abphe.org.br/uploads/Banco_de_Teses/ribeiro-se-faz-preciso-mudar-o-agro-com-o-doce.pdf) Acesso em: 24 fev. 2025.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

\_\_\_\_\_. "Os homens de negócios do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português (1701-1750)". **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. João Fragoso; Maria Fernanda Bicalho; Maria de Fátima Gouvêa (Org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. Crédito y circulacion monetaria en la colonial: el caso de Brasil. In: Justo Cuno Bonito. (Org.). *Monedas, medios de cambio y espacios de circulacion en América Latina y España, 1500-1900*. 1ed. San Jose: Fundacion Museos de Banco Central de Costa Rica, 2021, v. 1, p. 380-427. Disponível em: [Microsoft Word - A75.doc](#) Acesso em: 24 fev. 2025.

SILVA, Luiza Nascimento de Oliveira da. Tese de Doutorado: "Riscos, traços e contornos: plantas de fortificação e o governo do Rio de Janeiro (1700-1750)".

PPGHIS/UFRJ, 2019. Disponível em: [Pantheon: Teses e Dissertações](#) Acesso em: 24 fev. 2025.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.